

RELATÓRIO DE AÇÕES DE ACESSIBILIDADE

2025



PODER,
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS



Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão



Divisão de Acessibilidade e Inclusão
Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas



AGGE
ASSESSORIA DE GOVERNANÇA
E GESTÃO ESTRATÉGICA

Dados da Organização

Razão social: Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas

Nome fantasia: Alagoas TS

Endereço: Praça Marechal Deodoro, 319, Centro, Maceió/AL

CNPJ: 12.473.062/0001-08

Atividade econômica principal: Administração pública em geral

Ano de Publicação: 2026

Contatos:

 presidencia@tjal.jus.br

 (82) 4009-3278

 [tjal.oficial](https://www.instagram.com/tjal.oficial)



COMPOSIÇÃO

Des. Fábio José Bittencourt Araújo
DESEMBARGADOR-PRESIDENTE

Des. Carlos Cavalcanti de Albuquerque Filho
VICE-PRESIDENTE

Des. Celyrio Adamastor Tenório Accioly
CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA

Desa. Elisabeth Carvalho Nascimento

Des. Otávio Leão Praxedes

Des. Alcides Gusmão da Silva

Des. Tutmés Airan de Albuquerque Melo

Des. Klever Rêgo Loureiro

Des. Paulo Barros da Silva Lima

Des. Fernando Tourinho de Omena Souza

Des. João Luiz Azevedo Lessa

Des. Domingos de Araújo Lima Neto

Des. Orlando Rocha Filho

Des. Ivan Vasconcelos Brito Junior

Des. Fábio Costa de Almeida Ferrario

Des. Paulo Zacarias da Silva

Des. Márcio Roberto Tenório de Albuquerque

JUÍZES AUXILIARES DA PRESIDÊNCIA

Dra. Lívia Maria Mattos Melo Lima
Dr. Thiago Augusto Lopes de Moraes
Dra. Carolina Sampaio Valões da Rocha Coêlho

COMISSÃO DE ACESSIBILIDADE

JOÃO LUIZ AZEVEDO LESSA
DESEMBARGADOR
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ACESSIBILIDADE

Magno Vitório de Farias Fragoso
Fabrício Xavier de Oliveira
Cláudia Lopes Lisboa Souza
Rosana Cavalcante Barros Nogueira
José Adelmo Rodrigues de Melo Filho
Luciana de Omena Souza
Valkiria Malta Gaia Ferreira
Ivana Attanasio Andrade
Marieta Lima de Oliveira
Petra Vieira Fireman
Mirela dos Santos Souza

ELABORAÇÃO:

ASSESSORIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA

Clóvis Gomes da Silva Correia

ASSESSOR-CHEFE

DIVISÃO DE ACESSIBILIDADE

Luciana Ebrahim Melquiades

Maevili Carolina da Silva (estagiária)

LABORATÓRIO DE INOVAÇÃO

Arthur Villas Bôas Costa Tenório (apoio técnico e diagramação)

AÇÃO 1:

Oficialização do TJAL Sem Barreiras

Período: 09/04/2025

Local de realização: Não se aplica

- **Dimensão:** Gestão em Acessibilidade
- **Indicador:** QACpi - quantidade de ações de promoção da inclusão
- **Principais resultados alcançados:** Reforma física das unidades com eliminação de barreiras (pisos táteis, Braille, banheiros adaptados) e balcões acessíveis. No PJe, compatibilidade com leitores de tela (NVDA e JAWS), VLibras e linguagem simples, reduzindo o juridiquês. Internamente, condições especiais de trabalho (teletrabalho e jornada reduzida), cotas, capacitação obrigatória e criação da Divisão de Acessibilidade. Houve rotas acessíveis em novos prédios, portais acessíveis, priorização de processos de PcD e aumento da confiança social.
- **Objetivo:** O programa busca garantir inclusão e acessibilidade no TJAL, removendo barreiras físicas, comunicacionais e tecnológicas que ainda dificultam a participação plena de PCDs.

- **Principais desafios enfrentados:** Adaptação de prédios históricos, limitações de sistemas antigos (dívida técnica), falhas em leitores de tela/CAPTCHAs, capacitismo estrutural, restrições orçamentárias e desigualdade entre capital e interior.
- **Procedimento adotado:** O Tribunal oficializou o programa “TJAL sem Barreiras” por meio da Resolução 07/2025, que define diretrizes internas de acessibilidade. A implementação foi conduzida pela CPAI e pelo NAI, responsáveis por mapear barreiras, propor adaptações estruturais, garantir acessibilidade comunicacional e acompanhar a execução das ações em todas as unidades do Judiciário.

Área	Principal Resultado
Infraestrutura	100% de rotas acessíveis em novos prédios.
Tecnologia	Portais com selos de acessibilidade digital.
Processual	Identificação prioritária e automática de processos envolvendo PcD.
Social	Aumento da confiança da população com deficiência nas instituições.

 [Link da notícia **aqui**.](#)

 [Link da Resolução **aqui**.](#)

AÇÃO 2:

Capacitação em acessibilidade e inclusão

Período: 15/05/2025 e 16/05/2025

Local de realização: Zoom (on-line)

• **Dimensão:** Gestão em Acessibilidade

• **Indicador:**

QS1	quantidade de servidores com deficiência capacitados em acessibilidade	13
QS2	quantidade de servidores sem deficiência capacitados em acessibilidade	148
QCtemas	Quantidade de cursos oferecidos na temática de acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência no ano-base.	1
QCtemasvagas	Quantidade de vagas oferecidas em cursos na temática de acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência no ano-base.	180

• **Principais resultados alcançados:** Capacitação no TJ Sem Barreiras (Res. CNJ 401/2021) formou multiplicadores para eliminar barreiras, com foco em atendimento humanizado, inclusão, TEA e revisão de acessibilidade física.

Desafio	Natureza	Nível de Dificuldade
Gestão de Tempo	Logística	(Alto)
Quebra de Preconceito	Atitudinal	(Crítico)
Domínio de Ferramentas	Técnica	(Médio)
Manutenção do Saber	Pedagógica	(Alto)

- **Objetivo:** Capacitar magistrados e servidores para aprimorar o atendimento a pessoas com deficiência, garantindo que todos compreendam as bases legais, os conceitos essenciais e os desafios práticos da acessibilidade, de modo a reduzir barreiras e evitar condutas discriminatórias no ambiente do Judiciário.
- **Principais desafios enfrentados:** Sobrecarga de trabalho, baixa empatia (visão burocrática), pouca retenção prática e necessidade de capacitação contínua.
- **Procedimento adotado:** O curso foi oferecido pela Esmal de forma on-line, com carga horária de 20 horas, realizado nos dias 15 e 16 de maio. A formação foi dividida em três módulos: fundamentos legais da acessibilidade no Judiciário; funcionamento da Comissão e do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão; e estudo sobre capacitismo e práticas inclusivas. O conteúdo buscou preparar os participantes para identificar barreiras, adotar condutas adequadas e aplicar a política institucional de inclusão.

 [Link da notícia aqui.](#)

AÇÃO 3:

Criação de fluxo no SAI para adequação das condições de trabalho

Período: 16/05/2025

Local de realização: Não se aplica

- **Dimensão:** QACpi - ações de promoção da inclusão
- **Indicador:** Gestão em Acessibilidade
- **Principais resultados alcançados:** Fluxo no SAI centralizou pedidos, reduziu prazos em mais de 40%, automatizou tramitação, facilitou condições especiais de trabalho, garantiu rastreabilidade, padronização e geração de dados estratégicos para o CNJ.
- **Objetivo:** Estruturar e implementar um fluxo específico no Sistema Administrativo Integrado (SAI) para a criação e tramitação de processos administrativos voltados à adequação de condições de trabalho. A medida visa garantir que magistrados e servidores com deficiência, mobilidade reduzida ou necessidades específicas possam formalizar suas demandas de maneira adequada, segura e padronizada.

- **Principais desafios enfrentados:** Gargalos entre setores (RH, engenharia e junta médica) e dificuldade na avaliação biopsicossocial, que exige equipe multidisciplinar.
- **Procedimento adotado:** Foi desenvolvido um fluxo específico no SAI destinado à abertura, instrução, análise e acompanhamento de processos administrativos relacionados à adequação de condições especiais de trabalho. O novo fluxo estabelece critérios objetivos para a formalização das solicitações, definição das unidades responsáveis, instrução documental necessária e encaminhamento às áreas técnicas competentes, em especial à Comissão e à Divisão de Acessibilidade e Inclusão.

Antes do Fluxo SAI	Depois do Fluxo SAI
Pedidos via e-mail ou processos físicos dispersos.	Fluxo único, digital e auditável.
Demora na comunicação entre Medicina e Engenharia.	Notificações automáticas entre setores.
Dificuldade em extrair estatísticas de servidores PcD.	Banco de dados atualizado em tempo real.
Incerteza do servidor sobre o status do pedido.	Acompanhamento transparente pelo interessado.

- **Relação de processos que tramitaram no SAI em 2025 (Acompanhamento funcional)**

PROCESSO	ASSUNTO	DESCRIÇÃO	DATA ABERTURA	ORIGEM
2025-110153	Adequação das condições de trabalho	Solicitação de providências. Servidor com deficiência visual, sem suporte necessário para exercer suas funções. SAJ sem ferramentas de acessibilidade	18/05/2025	PILAR - VARA DO ÚNICO OFÍCIO
2025-112430	Adequação das condições de trabalho	Solicitar avaliação de troca de cadeira na mesa de trabalho, devido a acidente de moto	18/06/2025	CERIMONIAL
2025-123586	Adequação das condições de trabalho	Em razão da enfermidade da qual a servidora é portadora, conforme documentos anexos, solicito uma cadeira ergonômica com apoio para coluna lombar	06/10/2025	DG - DIREÇÃO GERAL
2025-123590	Adequação das condições de trabalho	Solicito cadeira ergonômica para adequação das condições de trabalho	06/10/2025	DG - DIREÇÃO GERAL
2025-127935	Adequação das condições de trabalho	Solicitação de adequação de Trabalho Remoto	03/12/2025	ARQUIVO VIRTUAL

AÇÃO 4:

Participação em encontro nacional do CNJ

Período: 25/08/2025 e 26/08/2025

Local de realização: Sede do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

- **Dimensão:** Acessibilidade Atitudinal
- **Indicador:** Ações de sensibilização
- **Objetivo:** Representar o TJAL no encontro nacional sobre inclusão e acessibilidade no Judiciário para alinharem-se a diretrizes nacionais.
- **Procedimento adotado:** O TJAL participou do II Encontro Nacional do Comitê dos Direitos de Pessoas com Deficiência no Âmbito Judicial, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em Brasília nos dias 25 e 26 de agosto de 2025 — com a presença das servidoras responsáveis pela Comissão de Acessibilidade e Inclusão.

 [Link da notícia **aqui.**](#)



AÇÃO 5:

Celebração dos 10 anos da Lei Brasileira de Inclusão

Período: 26/09/2025

Local de realização: Centro de Cultura e Memória do TJAL

- **Dimensão:** Acessibilidade Atitudinal
- **Indicador:** Qamudatitu - Quantidade de ações de sensibilização
- **Principais resultados alcançados:** Fortalecimento da governança com parcerias (SECDEF), maior autonomia da Comissão, avanço na visão de capacidade civil e campanhas que ampliaram o pertencimento de servidores PcD.
- **Objetivo:** Comemorar os 10 anos da Lei Brasileira de Inclusão e reafirmar o compromisso com a acessibilidade e dignidade das pessoas com deficiência — reconhecendo que, apesar dos avanços, ainda há muitos desafios estruturais e sociais para garantir a inclusão plena.
- **Principais desafios enfrentados:** Baixa adesão por estigma e sobrecarga, cultura capacitista, subnotificação e desigualdade entre capital e interior.

• **Procedimento adotado:** O TJAL organizou uma roda de conversa no Centro de Cultura e Memória, conduzida pela Comissão e pelo Núcleo de Acessibilidade e Inclusão, com a participação de representantes de órgãos públicos e da sociedade civil. No debate, foram abordados os marcos da lei, os direitos das pessoas com deficiência e o papel das instituições no enfrentamento da exclusão, além de relatos de pessoas atendidas pelo tribunal que passaram por adaptações, mostrando avanços práticos na acessibilidade.

Fator Crítico	Causa Principal	Consequência
Baixa Adesão	Medo de estigma e sobrecarga de metas.	Ações de sensibilização com auditórios vazios
Cultura Organizacional	Capacitismo estrutural e "juridiquês".	Dificuldade em humanizar o atendimento e as relações internas.
Subnotificação	Falta de confiança no sistema de dados.	Dificuldade em mensurar dados de terceirizados PCDs.

 [Link da notícia **aqui.**](#)



AÇÃO 6:

Feirinha das Famílias Atípicas

Período: 24/09/2025 e 04/12/2025

Local de realização: Tribunal de Justiça de Alagoas e Praça Deodoro

- **Dimensão:** Acessibilidade em Serviços
- **Indicador:** QACpi - Quantidade de Ações de promoção de inclusão
- **Principais resultados alcançados:** Feiras de famílias atípicas geraram renda, visibilidade, humanização do Judiciário e fortalecimento de redes de apoio.
- **Objetivo:** Dar visibilidade e apoio a famílias com pessoas com deficiência/autismo, fomentando a inclusão social e o empreendedorismo dessas famílias.
- **Principais desafios enfrentados:** Sobrecarga das mães, dificuldades logísticas, baixa conversão em vendas e falta de continuidade para sustentabilidade.
- **Procedimento adotado:** O TJAL organizou mais duas edições da feirinha na Praça Deodoro, e ambas contaram com participação de famílias atípicas — mães e pais que expõem e vendem produtos artesanais, bijuterias, alimentos etc. A 2ª feirinha contou com a participação de diversos órgãos parceiros: SINE, TRE, Defensoria Pública, SESAU e SECDEF.

 [Link da notícia **aqui**.](#)



AÇÃO 7:

Capacitação em LIBRAS

Período: 26/11/2025

Local de realização: Zoom (on-line)

• **Dimensão:** Acessibilidade Comunicacional

• **Indicador:**

QLibrasServ	quantidade de servidores do quadro pessoal capacitados	206
QLibrasAux	quantidade de pessoas do quadro auxiliar capacitadas	10

• **Principais resultados alcançados:** Capacitação em Libras ampliou inclusão comunicacional, atingiu metas, interiorizou o ensino e promoveu mudança cultural e empatia.

• **Objetivo:** Capacitar servidores do TJAL na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para garantir comunicação acessível e inclusiva com pessoas surdas, reduzindo a barreira comunicativa no atendimento público.

- **Principais desafios enfrentados:** Tempo insuficiente para fluência, falta de prática, dificuldade com Libras jurídica e limitações do ensino remoto.
- **Procedimento adotado:** O curso, oferecido pela Escola Superior da Magistratura de Alagoas (Esmal), teve 40 horas de duração e foi ministrado para servidores indicados pela Divisão de Acessibilidade. As aulas cobriram o alfabeto manual, sinais básicos, expressões faciais e corporais.

 [Link da notícia **aqui.**](#)

AÇÃO 8:

Aquisição do software Rybená

Período: processo de aquisição iniciado em 17/11/2025

Local de realização: SAI (Sistema Administrativo Integrado)

- **Dimensão:** Acessibilidade Tecnológica
- **Objetivo:** Promover a acessibilidade digital no site do Tribunal de Justiça de Alagoas, por meio do início do processo administrativo no Sistema Administrativo Integrado (SAI) para a aquisição do software Rybená, ferramenta utilizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A ausência de recursos tecnológicos adequados, como audiodescrição e alto contraste, configurava um desafio à garantia do acesso igualitário à informação por pessoas com deficiência e outros usuários com necessidades específicas.
- **Procedimento adotado:** Foi iniciado o processo administrativo no SAI visando à aquisição do software Rybená, com a devida justificativa técnica e encaminhamento às unidades competentes, observando-se os trâmites administrativos aplicáveis.

AÇÃO 9:

Encerramento da I Semana de Acessibilidade

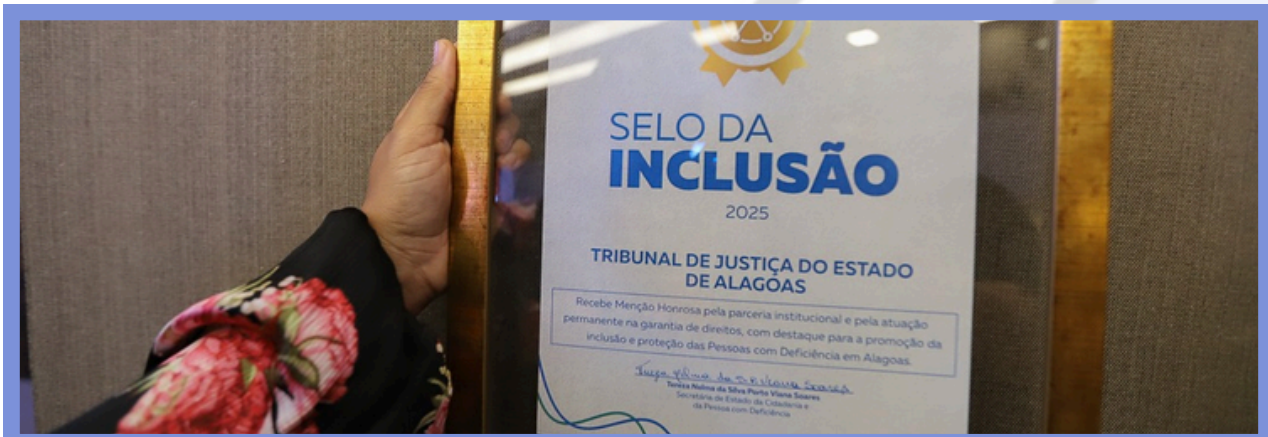
Período: 10/12/2025

Local de realização: Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas

- **Dimensão:** Acessibilidade Atitudinal
- **Indicador:** Qacmudatitu - Quantidade de ações
- **Principais resultados alcançados:** Selo de Inclusão 2025 validou resultados, consolidou o TJAL como referência, evidenciou cumprimento da Res. 401/2021, entregas (reformas e sistemas) e aumentou o engajamento interno.
- **Objetivo:** Consolidar as ações desenvolvidas ao longo do evento, reforçando o compromisso do Tribunal de Justiça de Alagoas com a promoção da acessibilidade e da inclusão. A iniciativa buscou integrar diferentes atores institucionais, promovendo o diálogo entre o Poder Judiciário, instituições públicas, organizações da sociedade civil e representantes do sistema de justiça, diante do desafio de avançar na construção de políticas públicas e práticas efetivas voltadas à eliminação de barreiras e à garantia de direitos das pessoas com deficiência.

- **Principais desafios enfrentados:** Manter ações além de eventos pontuais e superar o capacitismo benevolente que limita a progressão de servidores PcD.
- **Procedimento adotado:** O TJAL sediou o evento de encerramento da I Semana Estadual de Acessibilidade, ocasião em que foram apresentados os resultados das ações realizadas e reafirmado o compromisso institucional com a pauta da inclusão. No contexto do evento, o TJAL recebeu o Selo da Inclusão, como reconhecimento pelas iniciativas desenvolvidas.

 [Link da notícia **aqui**.](#)



AÇÃO 10:

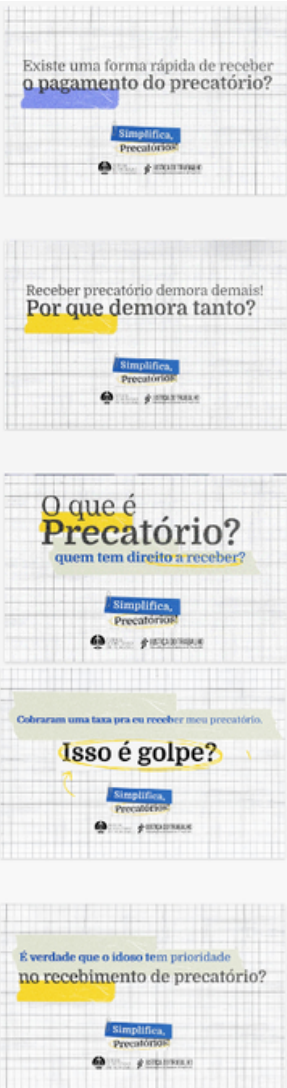
Simplifica, Precatórios!

Período: ano de 2025

Local de realização: Site do Renovajud

- **Dimensão:** Acessibilidade Comunicacional
- **Principais resultados alcançados:** Ampliação da compreensão dos credores sobre precatórios, com redução de dúvidas e maior transparência. Vídeos em linguagem simples e cartilhas explicativas permitiram entender etapas como inscrição, ordem de pagamento, prioridades e prazos, melhorando o atendimento institucional.
- **Objetivo:** Tornar o sistema de precatórios mais acessível, transparente e compreensível ao cidadão comum, especialmente credores, por meio da simplificação da linguagem jurídica. O projeto buscou romper com o uso excessivo do “juridiquês”, traduzindo conceitos técnicos complexos — como regimes de pagamento, ordem cronológica, preferências constitucionais e requisições — em uma comunicação clara, direta e didática.

- **Principais desafios enfrentados:** Dificuldade de traduzir conteúdos técnicos sem perda de precisão jurídica, resistência cultural ao abandono do juridiquês e alcance inicial limitado das ferramentas educativas.
- **Procedimento adotado:** Produção de vídeos institucionais em linguagem simples, elaboração de cartilhas didáticas com perguntas e respostas e padronização da comunicação com foco pedagógico.



Linguagem Simples 23/07/2025 10:53
Saiba se é possível receber precatório de forma mais rápida
 Diretor adjunto de Precatórios fala sobre possibilidade de acordo com a Fazenda, em novo vídeo da série "Simplifica, Precatórios!"

Linguagem Simples 22/07/2025 09:43
Entenda a demora no pagamento de precatórios
 Série 'Simplifica, Precatórios' esclarece dúvidas sobre o tema, de forma simples; iniciativa é do Laboratório de Inovação do TJAL, com apoio da Dicom

Linguagem Simples 21/07/2025 10:47
O que é precatório? Quem tem direito a receber?
 Série audiovisual produzida pela Diretoria de Comunicação do TJAL explica o tema com linguagem acessível

Linguagem Simples 25/07/2025 10:39
Saiba como evitar golpes envolvendo o pagamento de precatórios
 Diretoria de Precatórios do TJAL não liga para os beneficiários solicitando o pagamento de taxas

Linguagem Simples 24/07/2025 10:07
Saiba se idosos têm prioridade no pagamento de precatórios
 Série do TJAL esclarece dúvidas sobre o tema, de forma simples; iniciativa é do Laboratório de Inovação, com apoio da Dicom

AÇÃO 11:

Reformas de unidades

Período: ano de 2025

Local de realização: Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas

- **Dimensão:** Acessibilidade Arquitetônica
- **Principais resultados alcançados:** Avanços em acessibilidade arquitetônica com eliminação de barreiras e adequação dos espaços (rotas acessíveis, rampas, pisos táteis, Braille, banheiros e balcões adaptados), garantindo mais autonomia e melhor atendimento. Fóruns reformados: Igreja Nova, Batalha, São Miguel dos Campos, Campo Alegre, Major Izidoro e Arapiraca, além do Centro de Cultura e Memória.
- **Objetivo:** Garantir acessibilidade arquitetônica plena nas unidades do TJAL, promovendo inclusão, autonomia e dignidade no acesso ao Judiciário. O projeto buscou adequar os espaços aos princípios do desenho universal, eliminando obstáculos estruturais, padronizando as unidades conforme a Resolução CNJ 401/2021, modernizando a infraestrutura e reduzindo desigualdades entre capital e interior.

- **Principais desafios enfrentados:** Limitações estruturais de prédios antigos ou tombados, conflitos com preservação histórica, restrições orçamentárias e dificuldades logísticas no interior.
- **Procedimento adotado:** Reformas com base em acessibilidade arquitetônica e desenho universal, com atuação integrada de setores técnicos, priorização de unidades e fiscalização contínua. Fóruns contemplados: Igreja Nova, Batalha, São Miguel dos Campos, Campo Alegre, Major Izidoro e Arapiraca, além do Centro de Cultura e Memória.

CONCLUSÃO (CONSOLIDADO DE 2025 E DIRETRIZES PARA 2026:

O ano de 2025 representou para o Tribunal de Justiça de Alagoas um período de transição da conformidade normativa para a entrega de resultados de alto impacto social e administrativo. Através do programa TJ Sem Barreiras, o Tribunal não apenas atendeu aos requisitos da Resolução CNJ nº 401/21, mas estabeleceu um ecossistema de inclusão que abrange desde a infraestrutura física até o suporte emocional e econômico de famílias atípicas.

• Retrospectiva dos Resultados de 2025

O desempenho do TJAL no período foi marcado pela eficiência operacional, bem como da humanização do atendimento:

Eficiência Administrativa: A criação do fluxo específico no sistema SAI foi um marco de gestão, logrando reduzir em 40% os prazos para adequação de condições de trabalho, garantindo rastreabilidade e segurança jurídica aos servidores PcD.

Capacitação e Mentalidade: Com a certificação de 180 vagas em cursos de acessibilidade, o Tribunal avançou no combate ao capacitismo e na fluidez da comunicação em Libras, superando barreiras atitudinais críticas.

Protagonismo Social: As Feiras de Famílias Atípicas (setembro e dezembro) e a celebração dos 10 anos da LBI consolidaram o TJAL como um espaço de convivência e empoderamento econômico, indo além da prestação jurisdicional estrita.

Acessibilidade Digital: A implantação do software Rybená e a reestruturação da área de acessibilidade no portal garantiram autonomia tecnológica aos usuários com deficiência visual e auditiva.

• Visão Estratégica e Metas para 2026

Para o ciclo de 2026, conforme o planejamento da DAI/AGGE, o foco será a unificação de dados e a interiorização das ações, com as seguintes metas prioritárias:

Gestão Baseada em Dados (Business Intelligence): A meta principal é a recriação do BI de Acessibilidade, integrando informações de servidores, terceirizados, estagiários e menores aprendizes em tempo real, permitindo uma gestão preditiva das necessidades de adaptação.

Acessibilidade Arquitetônica e Urbanística: Implementar a política de Rota Acessível (conforme Res. 401/21) nos corredores do TJAL Sede e Fórum da Capital, além de realizar o levantamento rigoroso de vagas reservadas em todas as comarcas.

Aprimoramento do Diagnóstico Biopsicossocial: Realizar a capacitação contínua das equipes da DASQV e DAGP (médicos, psicólogos e assistentes sociais) para que as avaliações periódicas reflitam fielmente a funcionalidade e as barreiras enfrentadas pelos servidores.

Liderança Inclusiva e Protocolos Judiciais: Expandir as capacitações para o nível da alta gestão (Liderança Inclusiva) e implementar, junto à ESMAL, o Protocolo de Julgamento sob a perspectiva da pessoa com deficiência, garantindo que a acessibilidade chegue à atividade-fim do Tribunal.

• Considerações Finais

Em suma, o TJAL encerra 2025 com o reconhecimento do Selo de Inclusão e inicia 2026 com um plano robusto que prioriza a tecnologia assistiva e a infraestrutura. O desafio permanente será manter a manutenção do saber e o combate ao preconceito (identificado como desafio de nível crítico), assegurando que a acessibilidade seja uma prática cotidiana e não apenas um evento sazonal.

O compromisso para o novo ano é transformar o Judiciário alagoano em uma instituição onde a deficiência não seja um limitador, mas uma característica respeitada e plenamente assistida por uma estrutura moderna, digital e, acima de tudo, humana.